



CC **i** **\$** **=**
Curso de Arte
Culinária



Será iniciado no dia 7 de maio. Às 16h, no Centro Cultural Brasil Estados Unidos.

ÓCULOS



Gabos
João Pessoa 17

Presidente da Republica condecora soldados em África.



CASTELO BRANCO TOMA POSSE HOJE: PROVÁVEL

COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO



BRASILIA.14 (Sucursal) - O marechal Humberto Castelo Branco chegará amanhã ao Aeroporto Militar de Brasília às 12 horas rumando em seguida para o Palácio da Alvorada onde aguardará o início das solenidades de posse e transmissão do cargo prevista para as 13 horas.

O NOVO PRESIDENTE

Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco que hoje assume a presidência do país, após tomar parte no movimento que derrubou a infiltração comunista. O povo muito espera de sua reconhecida energia e probidade para recuperação da Nação.

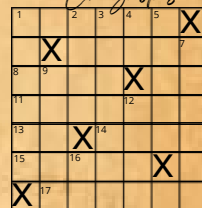
CÂMARA: SUSPENSÃO DOS DIREITOS NÃO SIGNIFICA PERDA DE MANDATO

BRASÍLIA. 14 (Sucursal) - " Se for preciso arriscar meu mandato, arriscarei. Mas preciso dizer na cara desses generais; não roubem esta revolução, afirmou o sr. Abel Rafael, do PRT de Minas criticando o Comando Revolucionário por permitir que os

srs. San Thiago Dantas e Afonso Arinos continuem com esse seus mandatos enquanto outros que nada mais fizeram senão seguir a linha do seu partido na Câmara foram privados de seus mandatos na Câmara.



Palavras Cruzadas



HORIZONTAIS

- 1- O nosso glorioso país
- 6- Bramis
- 8- Esvaziar
- 10- rede de pesca
- 11- Água
- 12- Amarrar
- 15- Exportação
- 17- Ligações

VERTICAIS

- 5- Transparência
- 7- Completo
- 9- Unem
- 12- Dois romano
- 16- Sopro



Teatro Independência

HOJE - APRESENTA - HOJE

"DOIS DESTINOS"

Com JACQUES PERRIN _ SYLVIE

Acompanha complemento nacional - Programa Livre
Marinée, às 14 horas - Sotrée, às 20 e 22 horas

AR CONDICIONADO PERFEITO - Telefone:

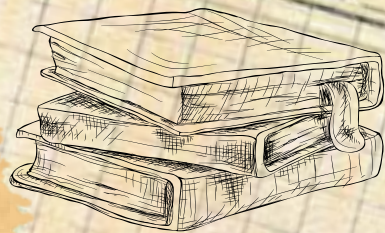
4-9180



DE PORTUGAL E SUA GENTE



Sumário



Dicionário



Ditadura Militar:(1964)



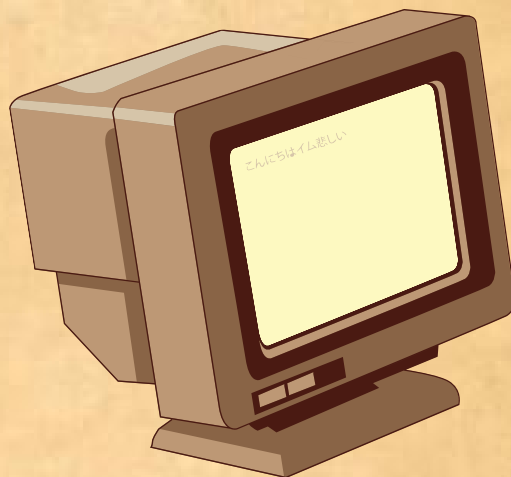
Introdução da Ditadura no Brasil



Meios de Comunicação Escassos



Educação



Cultura



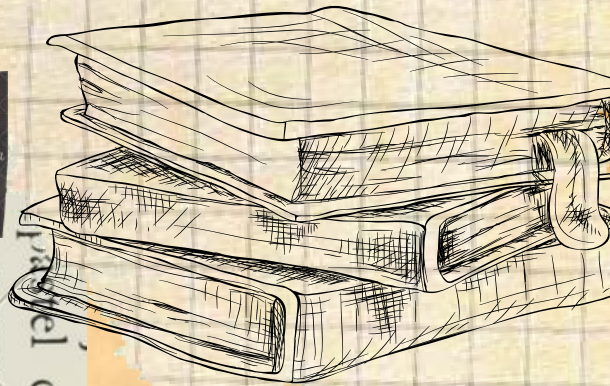
Perseguições/Resistências



**Analogia ao tempo de
hoje**



EDITORIAL



Trazendo à tona o tema da ditadura no Brasil, esse trabalho se propõe a refletir sobre um período que deixou uma marca profunda na história do país. Embora tenha terminado há décadas, os crimes cometidos em nome da ordem e do progresso trouxeram consequências duradouras para a democracia brasileira. Hoje, em tempos de polarização política e ataques à democracia, a memória serve como um alerta para a preservação dos nossos direitos.

Esse tema foi escolhido pela importância de compreender como nosso passado moldou o presente, e nossa revista abre, assim, espaço para esse debate, pois acreditamos que compreender o passado é o primeiro passo para a construção de um futuro equitativo e mais democrático.

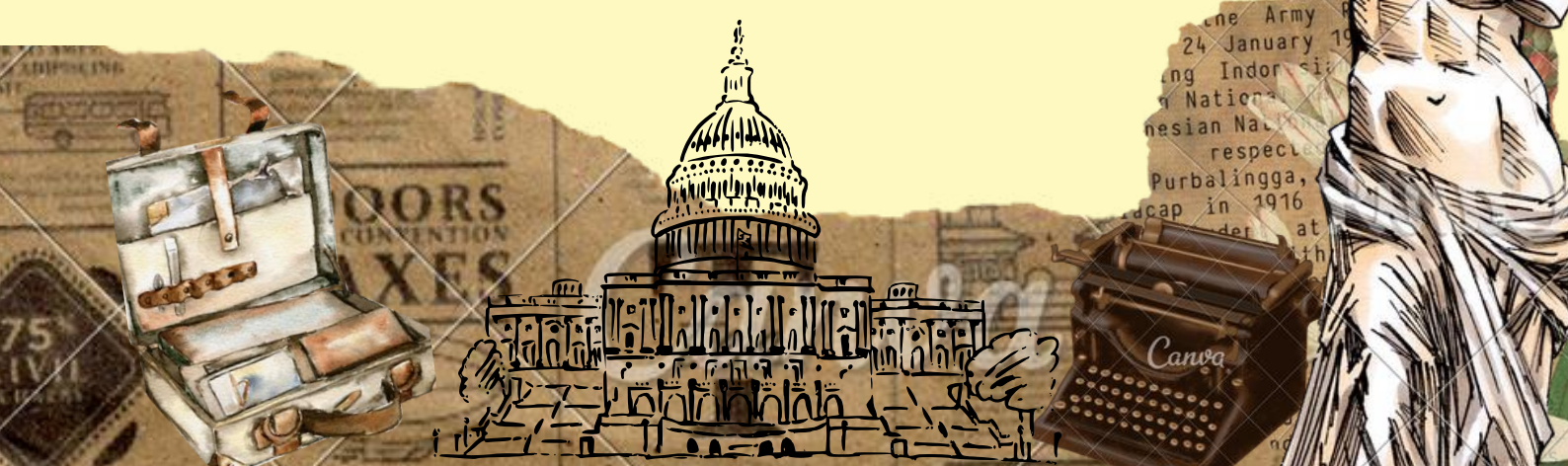
A presente revista tem o intuito de trazer conhecimento ao leitor e utilizar elementos gráficos mais dinâmicos para suavizar a leitura, além de ter códigos escondidos que iremos revelar somente no final desse e-zine.



DICIONÁRIO

Ao longo desse e-zine vamos abordar a censura na Ditadura Militar e a Educação, nesse contexto, é importante definir certos conceitos. Segundo Enciclopédia Significados (s.d) e Dicio (s.d) como:

- Cassação:** Elimina-se o direito de se eleger para um cargo político.
- Censura:** A delimitação da liberdade, nas mais diversas áreas, por exemplo na cultura ou aprendizagem.
- Culminar:** Atinge-se o auge em determinada situação.
- Cultura:** São determinados costumes, os quais as pessoas praticam em certo local.
- Ditadura:** Uma forma de governo, onde uma pessoa ou determinada classe social detém a maior parte do poder em seu controle, com base no poder executivo, legislativo e judiciário.
- Efervescência:** É um aumento da exaltação em relação a algo.
- Exílio:** Expulsão de uma pessoa do território.
- Repressão:** Ação de conter alguém ou uma determinada situação.
- **Resistência:** Não se submeter a algo (como alguma coisa dita por uma pessoa ou uma lei).
- Patriotismo:** Relação que uma pessoa tem de amor a sua nação.



Ditadura

Militar



A Ditadura Militar no Brasil, se instaurou após o golpe militar de 1964 e perdurou até 1985. Pode se destacar que os anos que antecederam o golpe foram marcados por uma intensa efervescência política e cultural. Após o golpe, o regime militar prendeu lideranças políticas e sindicais, caçou parlamentares e exilou militares, além de fechar partidos políticos existentes e criar novos, como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Não apenas isso, mas esse período é marcado também por uma repressão brutal enfrentada pelos opositores do regime, que incluía prisões, assassinatos, torturas e banimentos. Muitos militantes políticos se viram forçados a viver na clandestinidade ou no exílio.

Antes do golpe militar de 1964, estava havendo a Guerra Fria, uma grande disputa entre Estados Unidos e União Soviética e uma crescente tensão política e social no Brasil. O governo de João Goulart enfrentava forte oposição de setores conservadores da sociedade, que temiam a radicalização de suas políticas e uma suposta "esquerdização". As pessoas estavam bem insatisfeitas com o governo de João Goulart que começou a aplicar algumas medidas mais radicais como fazer uma reforma completa no sistema da educação, dar direito de voto aos

analfabetos e fazer uma reforma agrária.

Isso não se limitava apenas a setores conservadores, mas incluía uma ampla gama de grupos, como a burguesia industrial ligada ao capital externo, que temia as medidas nacionalistas e progressistas do presidente.

Esses fatores contribuíram para um ambiente de crise política e econômica, que culminou na intervenção militar e na derrubada do governo, estabelecendo um regime autoritário que seguiria por mais duas décadas.

O golpe militar de 1964 foi um evento crucial que deu início a uma longa ditadura no Brasil. Esse acontecimento foi resultado de uma combinação de fatores, tais como, a insatisfação de setores da sociedade, como a imprensa, proprietários rurais e a Igreja Católica, que temiam o "perigo comunista" do governo e buscavam controlar a crise econômica.

Essa preocupação levou a mobilização populares, como as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", que contaram com o apoio de religiosos e entidades femininas, além de serem organizadas em várias cidades do país. Houve também a chamada "Revolta dos Marinheiros", que foi um evento específico que serviu como pretexto para acelerar os planos da queda de Goulart, com marinheiros reivindicando melhorias nas condições de trabalho e apoio às reformas de base.



Ditadura Militar 64

Depois da tomada do poder e da saída do João Goulart do governo, os militares fizeram uma junta militar que decretou o Ato Institucional nº1 (AI-1) no dia 9 de abril de 1964, que permitiu a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão dos direitos políticos de indivíduos considerados "inimigos da revolução", suspendeu as atividades da Constituição por seis meses e o novo presidente não seria eleito por voto popular, mas sim por uma votação no Congresso, ou seja, por voto indireto, fazendo com que o Marechal Castelo Branco fosse eleito presidente e assumisse o governo. Em um primeiro momento, o sistema repressivo se abateu principalmente sobre líderes sindicais e comunistas que estavam vinculados à luta por reformas sociais e políticas, conhecidas como "reformas base". O AI-1 foi um passo decisivo para consolidar o poder dos militares e estabelecer um regime autoritário que duraria mais de vinte anos, caracterizando uma fase de intensa repressão e controle sobre a sociedade brasileira.

Entretanto, outras eleições ainda eram por voto direto, então em 1965, houve as eleições para governadores e os eleitores militares perderam, fazendo com que em 27 de outubro de 1965 fosse promulgado o Ato Institucional nº2 (AI-2) que representa um marco importante na intensificação da repressão durante a ditadura militar no Brasil. O AI-2 estabeleceu medidas que ampliaram os poderes do regime militar, permitindo a quebra de todos os partidos políticos existentes, censura e controle da imprensa. Além disso, o ato também determinou que as eleições para presidente da República seriam indiretas, ou seja, não seriam realizadas por voto popular, mas sim por um Colégio Eleitoral.

Após o golpe, o regime militar implementou uma série de medidas repressivas, iniciando com o Ato Institucional nº1 (AI-1). Este novo governo fechou partidos políticos e criou a ARENA e o MDB, estabelecendo um sistema político que permitia a repressão sob a justificativa de manter a ordem.

No governo de Costa e Silva, considerado um dos períodos mais violentos, pode-se destacar a gravidade das violações dos direitos humanos. As prisões eram marcadas por diversas formas de tortura, incluindo torturas psicológicas, sequestros, ameaças e interrogatórios incessantes. Os presos políticos enfrentavam dificuldades de comunicação com familiares e advogados, e muitos eram mantidos em cárcere sem serem judicialmente condenados.

A cultura foi severamente reprimida também durante esse governo. A cultura que se manifestava em diversas formas como teatro, artes plásticas, música, literatura e cinema, foi alvo de censura e controle por parte do regime militar, que temia a influência de ideias consideradas subversivas.



Ditadura Militar 64



Portanto, a cultura desempenhou um papel importante na resistência ao regime, com artistas e intelectuais utilizando suas obras para criticar a repressão e promover a luta pela liberdade e pela democracia, artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil e vários outros sempre arrumaram um jeito de atacar o governo em suas músicas.

Após o deputado Márcio Moreira Alves fazer um discurso exigindo para a população brasileira boicotar os desfiles de 7 de setembro, que serviu de propaganda do regime militar. Em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº5, um marco de endurecimento dos militares no Brasil e resultou em várias medidas severas, como o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, cassação dos direitos políticos dos opositores do regime, suspensão do habeas corpus para crimes políticos e a proibição de qualquer tipo de reunião. O AI-5 é considerado um "golpe dentro do golpe", pois estabeleceu leis especiais que permitiram ao governo atuar fora dos marcos do Estado de direito, intensificando a repressão e a censura no país.

Em 1984, depois de muito descontentamento por parte da população com a ditadura militar, houve o movimento Diretas Já!, um marco significativo quando milhões de brasileiros saíram às ruas em busca de eleições diretas para a presidência do Brasil durante o processo de redemocratização. Destaca-se que essa campanha mobilizou grandes comícios e manifestações em várias capitais, especialmente no Rio de Janeiro.

O movimento foi marcado por um forte sentimento de esperança e emoção, com a população cantando o hino nacional durante as manifestações.

O desgaste do regime militar, a perda de apoio social e a fragmentação das forças que sustentavam o regime foram fatores que contribuíram para a pressão por uma transição democrática. A queda da ditadura militar no Brasil foi um processo gradual que culminou em um novo pacto político, simbolizado pela promulgação da "Constituição Cidadã". Essa nova constituição buscou defender os direitos dos cidadãos e estabelecer as bases para a democracia no país.



Introdução A Ditadura Militar

A sucessão de Washington Luiz (último presidente da República Velha), ocorreu vinte e um dias antes do término do seu mandato, através de golpe militar; o gaúcho Getúlio Vargas em 03 de novembro de 1930 tomava o poder, pondo fim ao arranjo oligárquico entre mineiros e paulistas desde 1889. A revolução, pôs fim a hegemonia da burguesia do café, expressando a necessidade de modificar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado para um único produto, no caso o café, se tornava cada vez mais precário, a partir do rompimento oligárquico (velha república), nascem as primeiras propostas no sentido de uma industrialização do Brasil.

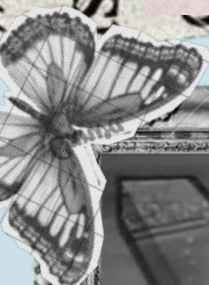
Em 1932, houve a Revolução Constitucionalista, pois, a elite paulista se revolta contra o domínio de Vargas, elite essa, que buscava restaurar seu antigo poder e exigindo a implantação de uma Constituição, que ocorre em 1934.

Houve centralização política, dissolução do Congresso Nacional, Assembleias, Câmaras; Vargas governava por meio de decretos-lei (Lei Orgânica de 11 de novembro); Ocorreu combate aos efeitos da crise de 1929 (compra e queima dos excedentes do café, perdão de cinquenta por cento das dívidas dos fazendeiros); Apoio da Igreja Católica (construção do Cristo Redentor no morro do Corcovado e permissão do ensino religioso nas escolas públicas); Criação do Ministério do Trabalho (férias, descanso semanal, salário mínimo, oito horas de jornada de trabalho etc.); Reconhecimento da existência de sindicatos e subordinação dos mesmos ao

poder estatal; Código eleitoral: voto feminino (para mulheres casadas), e institui o voto secreto; Criação da Justiça Eleitoral que possibilitou a diminuição das fraudes nas eleições; Criação do Ministério da Educação e da Saúde; Criação do INCE (Instituto Nacional do Cinema Educativo), de inspiração fascista, apoiando o cinema nacional e produzindo curtas metragens de exaltação do regime varguista e; Criação da USP, projeto de formação das elites que pensariam nos problemas do país (a noção de universidade como formadora de trabalhadores para o mercado, surgiu na ditadura militar).



MEIOS DE COMUNICAÇÃO



O Departamento de Imprensa e Propaganda, conhecido pela sigla DIP, era um órgão que fazia parte da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo. Foi criado em 27 de dezembro de 1939, a partir do Decreto-Lei nº 1.915, e substituiu o antigo órgão responsável pela propaganda do governo, o Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

O papel do DIP era promover as ações e a ideologia da ditadura do Estado Novo entre as camadas populares. Para isso, atuava em diferentes esferas da comunicação e possuía setores dedicados a diversas áreas, como a radiodifusão, cinema, teatro, turismo, imprensa etc. O DIP, além de responsável pela propaganda oficial do governo, realizava também a censura das informações.

O DIP manipulou a cultura popular para conseguir de maneira mais eficiente a aceitação da política populista de Vargas pelo povo, onde Vargas em seus discursos vendia a ideia de que o trabalho seria recompensado pelo estado garantindo resultado em uma sociedade justa e igual para todos.

Como consequência, surgiram nas rádios várias músicas que Getúlio era um homem bom e que o trabalho levaria a população ao sucesso, com o objetivo de acabar com a cultura de que "o bom é ser malandro", valorizando o trabalho como meio de desenvolvimento e ascensão social.

Creado o Departamento de Imprensa e Propaganda
Como está redigido o decreto-lei hontem assignado pelo presidente Getulio Vargas

O presidente Getulio Vargas assignou, hontem, o decreto-lei que cria o Departamento de Imprensa e Propaganda em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

Artigo 1º — Fica creado o Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), directamente subordinado ao presidente da Republica.

Artigo 2º — O D. I. P. tem por fim:

a) — centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como ponto auxiliar de informação para a administração e a população pública e privada; na parte que interessa à propaganda nacional, a) — supervisionar, organizar e executar os serviços de turismo e exterior; b) — supervisionar a censura do Theatro e da imprensa.

Artigo 3º — O D. I. P. terá as seguintes divisões:

Artigo 4º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 5º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 6º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 7º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 8º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 9º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 10º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 11º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 12º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 13º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 14º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 15º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 16º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 17º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 18º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 19º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 20º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 21º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 22º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 23º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 24º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 25º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 26º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 27º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 28º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 29º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 30º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 31º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 32º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 33º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 34º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 35º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 36º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 37º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 38º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 39º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 40º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 41º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 42º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 43º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 44º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 45º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 46º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 47º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 48º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 49º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 50º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 51º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 52º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 53º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 54º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 55º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 56º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 57º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 58º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 59º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 60º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 61º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 62º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 63º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 64º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 65º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 66º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 67º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 68º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 69º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 70º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 71º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 72º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 73º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 74º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 75º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 76º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 77º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 78º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 79º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 80º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 81º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 82º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 83º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 84º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 85º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 86º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 87º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 88º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 89º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 90º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 91º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 92º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 93º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 94º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 95º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 96º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 97º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 98º — O D. I. P. será subdividido em:

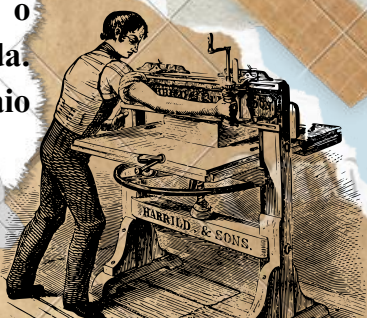
Artigo 99º — O D. I. P. será subdividido em:

Artigo 100º — O D. I. P. será subdividido em:



Apesar da grande influência, o seu fim estava próximo. Com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, seu autoritarismo começou a ser questionado por muitos em 1943. A fim de silenciar a desconfiança do público, Vargas modificou a estratégia política, aproximando-se mais dos trabalhadores.

Contudo, o questionamento a Vargas fez com que a censura enfraquecesse, assim como o Departamento de Imprensa e Propaganda. Isso levou à extinção do DIP, em 25 de maio de 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.582.



Educação

>>ERA

VARGAS<<



O sistema educativo no Brasil antes da ascensão de Getúlio Vargas no poder, era feito pelos próprios estados, o que resultou em uma educação fragmentada e com pouca influência do governo federal. O governo desde 1920 já se preocupava com esse problema, seu foco principal era estabelecer uma elite mais ampla e intelectualmente mais qualificada para o país.

Entretanto depois da criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública em novembro de 1930, o governo de Vargas adotou uma postura autoritária e não fascista, ou seja, a educação passou por uma reforma que abrangia valores hierárquicos e religiosos da Igreja Católica, mas sem se tornar uma doutrina fascista. Vargas incentivou a educação técnica e profissional, alinhando-a com as necessidades do desenvolvimento industrial do país. O objetivo era formar trabalhadores qualificados para atender à crescente demanda da indústria e para a construção da identidade nacional.



O Ministro da Educação, Francisco Campos, ficou no cargo desde 1930 á 1932. Ele foi um dos principais autores de impor a legislação autoritária. O Ministro colaborou no desenvolvimento de leis e redigiu a Carta de 1937, esta que implementou o Estado Novo.

Francisco Campos se preocupava principalmente com o ensino superior e secundário. O governo procurou criar condições favoráveis para o surgimento de universidades dedicadas ao ensino e a pesquisa e em 1931 criaram decretos para a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras que visou organizar as faculdades brasileiras e estabelecer a base do sistema universitário.

Com a Reforma, Campos inseriu um currículo base para todas as escolas, que consistia em 2 ciclos de ensino, frequência obrigatória e a necessidade do diploma do ensino secundário para ingressar no ensino superior, esta reforma incentivou a colaboração dos estados. A educação passou a ser um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado.



Educação >> Ano de 1964 <<



A década de 1970 foi marcada por grandes mudanças na educação brasileira. Essas mudanças foram impulsionadas pela Lei nº 5.692 de 1971, que criou diretrizes e bases para o ensino em 1º e 2º graus. Essa reforma foi implementada durante a Ditadura Militar com o objetivo de democratizar o acesso à educação e qualificar os trabalhadores para o mercado de trabalho. Mas suas implicações foram mais complexas e mostram um projeto de educação com características distintas.

A expansão quantitativa do ensino foi uma das marcas dessa época. A obrigação de frequentar a escola até a oitava série aumentou o número de matrículas. A expansão, por outro lado, não foi acompanhada de melhorias na qualidade do ensino. A deterioração das condições de trabalho dos educadores, a falta de recursos materiais e a desvalorização da carreira dos professores contribuíram para um ensino de baixa qualidade, marcado pela evasão e repetência.

A ideologia do regime militar entrou na educação também. A intenção da Lei de 1971 era inculcar nos alunos princípios de ordem, cidadania e patriotismo. Por exemplo, a disciplina de educação moral e cívica foi usada para difundir a ideologia do regime e controlar o pensamento dos alunos.

A profissionalização do ensino também foi um dos principais objetivos da reforma. A intenção era fornecer aos jovens treinamento profissional para prepará-los para o mercado de trabalho. Mas muitas vezes, essa profissionalização era descontextualizada e não atendia às necessidades do mercado real. Além disso, a ênfase na profissionalização levou à fragmentação do conhecimento e à desvalorização das disciplinas tradicionais.

O Estado centralizou o poder decisório também nessa época. Os Conselhos Estaduais de Educação desempenharam um papel importante na organização do ensino e na criação dos currículos. Essa centralização limitou a autonomia das escolas e dos professores, o que dificultou a adaptação das aulas às circunstâncias locais.



ENTREVISTA

Eu me chamo Nelson Velloso, tenho formação acadêmica, sou professor de história, sociologia e filosofia e eu não posso dizer que é uma feliz coincidência, mas eu nasci exatamente em setembro do ano que o golpe de estado foi dado pelos militares. Eu nasci em setembro de 1964, então toda a minha educação básica ocorreu no processo da Ditadura Civil Militar.

PERGUNTAS:

1. De que forma a educação foi utilizada como instrumento de controle social durante a Ditadura Militar?

De uma forma geral, a gente tem um entendimento daquilo que traz a sua pergunta, a Ditadura utilizou o processo da educação, que a gente poderia chamar hoje de deseducação, no sentido para legitimar aquilo que eles fizeram e impedir que as pessoas tivessem acesso às informações que fossem divergentes daquela que o regime queria implantar como verdade absoluta. Então, assim, a educação foi parte significativa para tentar construir principalmente entre crianças, jovens, adolescente um não entendimento, não questionamento do que estava acontecendo no Brasil e na América Latina como um todo naquele momento, então a educação cumpriu um papel significativo, um controle sobre aquilo que deveria ser trabalhado no contexto educacional, serviu de base para que as pessoas não tivessem possibilidade de informação e conhecimento para poder questionar o que estava em vigor ali, logo aquilo ficou parecendo uma coisa de estado cultural quando na verdade as coisas aconteciam nos bastidores de quem tinha esse acesso.

2. Como a Reforma Universitária de 1968 impactou a sua vida acadêmica e a educação superior no Brasil?

Isso é uma coisa interessante, você tem o movimento mundial em 1968 e vem desembocar aqui também no Brasil, que vai acontecer no espaço universitário, então é uma ideia justamente de uma universidade que respondesse à demanda daquele tempo, de questionar coisas e ter uma preocupação tanto no investimento da ciência quanto da tecnologia e nas áreas mesmos das ciências sociais.

A partir de 1968, especificamente do AI-5, as coisas vão se modificar absurdamente, os estudantes serão perseguidos, professores universitários foram presos, torturados, existia a invasão de universidades pelos militares, a infiltração de militares à paisana para justamente espionar quem são estes profissionais que estão ali atentando contra o regime, então eu diria que a universidade também passou duras penas nesse processo e foi tentando, na medida do possível naquele momento, reverter essa ordem que era contrária a uma educação libertária, mas as universidades tiveram um papel muito importante de resistência.

Nesses anos todos, de uma forma geral, a universidade continuou cumprindo o papel de resistência e plantando aí algumas sementes para que as pessoas transformassem, por isso, a gente conseguiu uma abertura política e uma redemocratização. Então todos nós, sejamos nós, professores da educação básica, seja estudantes do ensino superior, temos uma responsabilidade muito grande de lutar para que a democracia prevaleça, para que não voltem nunca mais a uma situação como a gente vivenciou.

CULTURA

>>Obras contra
a ditadura<<



ACORDA AMOR SAMBA



CHICO BUARQUE DE HOLLANDA

CN-015 CARA NOVA EDITORA MUSICAL LTDA
RUA HELVETIA, 744 - CJ. 12 SÃO PAULO - BRASIL

Em 1973, Chico Buarque já tinha sido censurado tantas vezes que não podia mais assinar composições. No ano seguinte, lançou o disco "Sinal Fechado" com músicas escritas por amigos, entre as quais consta "Acorda Amor", assinada por Julinho da Adelaide, um de seus pseudônimos.

Na música, o sujeito acorda a companheira para lhe contar que sonhou que estava sendo levado pela polícia durante a noite. Não se preocupando mais em disfarçar, Chico aponta o dedo ao inimigo, "a dura". O nome funciona como uma abreviação de "ditadura" e também como um adjetivo para a sua inflexibilidade e violência.

"Chame o ladrão" é um dos versos mais famosos da música: "quando a polícia que deveria nos proteger, nos ataca, quem podemos chamar para nos defender?" Chico sugere que a autoridade da época era mais criminosa que os próprios bandidos.

Antes de ser levado, este sujeito se despede da mulher e pede para ela seguir com a sua vida, se ele não regressar. A passagem refere o destino de muitos "inimigos do regime"; arrastados das suas camas durante a noite pelos agentes, simplesmente desapareciam, ou seja, eram mortos.

"Como nossos pais" é uma canção de Belchior, composta e gravada em 1976, que ficou mais conhecida na versão de Elis Regina, lançada no mesmo ano.

O tema dá voz a uma geração de jovens que viram a sua liberdade confiscada, que foram obrigados a mudar o seu modo de viver por conta da instauração da ditadura.

Marcados pelos questionamentos, a experimentação e o lema "paz e amor" do movimento hippie, seus cotidianos se transformaram em medo, perseguição e ameaça constante.

O retrocesso cultural e social gerou sentimentos de angústia e frustração nestes jovens, como se o seu tempo tivesse sido roubado, a sua vez nunca tivesse chegado.

Assim, a música ilustra o conflito geracional da época. Embora pensassem de forma diferente e tivessem batalhado pela liberdade, esses jovens acabaram condenados a viver segundo a mesma moral conservadora que a geração anterior.



PERseguições / RESistência

Um dos mais influentes e significativos grupos de resistência à Ditadura Militar brasileira foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada em 1968 por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, ambos ex-integrantes do Partido Comunista Brasileiro. A ALN defendia que a luta armada é a única forma de derrubar um regime militar e instaurar um governo popular.



As principais grandes ações perpetradas pela ALN incluem o assalto ao trem pagador em São Paulo e o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, feitas com o objetivo de chamar a atenção internacional para a violência e repressão do regime e expor ao mundo as atrocidades cometidas no Brasil. – É importante destacar que ações terroristas sempre foram um elemento presente nas atividades revolucionárias: “O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar.” (Carlos Marighella – Minimanual do Guerrilheiro Urbano).

Outro grupo relevante foi o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), originado no meio universitário da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, que igualmente se destacou por suas ações de guerrilha e resistência, inclusive colaborando com a ALN no sequestro de Charles Burke Elbrick.

Tal como a ALN, o MR-8 foi severamente perseguido, com muitos de seus membros presos, torturados ou mortos. Entre esses militantes estava Sonia Regina de Oliveira. Sonia foi presa e torturada e, após a redemocratização, se tornou uma importante ativista pelos direitos humanos e pela memória da luta armada.

Lembrar e homenagear os grupos de resistência antiditadura é uma peça chave para a construção de uma memória histórica mais justa: torturas, prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados e assassinatos eram práticas comuns contra quem ousava contestar o regime, e reconhecer esses sacrifícios é uma forma de honrar os que lutaram por um país livre.

Analogia



Com o passar dos governos no território brasileiro, a educação passou por grandes avanços, como adquirir um foco mais parecido com os dias atuais e ampliou o seu acesso. Entretanto, com a introdução da Ditadura Militar, a censura entrou em vigor, diminuindo a liberdade da sociedade em diversas áreas, um exemplo, desse contexto foram as músicas e os meios televisivos.



Porém, trazendo tal cenário muitos anos a frente do ocorrido, com base em Meirelles, (2021), na sociedade atual brasileira, ainda tem a presença da censura, ela acabou se modificando e hoje se expõe de diversas maneiras como, no meio televisivo com base na (Liberdade de imprensa 1 x 0 JHC, 2024), o qual mostra uma situação de que um membro do Ministério Supremo do Tribunal Federal, derrubou um pedido de outra juíza que aceitou a sugestão do prefeito para tirar a publicação que fazia críticas ao governo.

Ou pode estar presente no cinema, com base em Batistela e Caldas, (2024) um prefeito ter impedido que um evento que iria ocorrer em um edifício público, que era sobre filmes que seriam divulgados por uma instituição com o tema, LGBTQIP+. Ou até mesmo a utilização de fake news para desviar certas informações.



Com base nisso, devemos atuar para garantir que esse cenário anterior não continue acontecendo, todos devem ter a opção de compartilhar o que se vive em sociedade, de acordo com a lei, sem ser vetado por tal.



Criadoras



Nome: Pietra

Responsável por: Cultura e Meios de Comunicação

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação



Nome: Amanda Pagnotta

Responsável por: Ditadura de 64 e Entrevista

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação



Nome: Stéphanie Thomaz

Responsável por: Educação e Design

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação



Nome: Laura Bampa

Responsável por: Perseguições/Resistência

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação



Nome: Vitória Stefanny

Responsável por: Dicionário e Analogia

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação



Nome: Josiane Ferro

Responsável por: Introdução a Ditadura Militar

Curso: Biblioteconomia e Ciência da Informação

→ Referências:

<https://drive.google.com/file/d/1hPjvb-Lv9eJOF7hh6zuaF43SRVtDXMGc/view?usp=sharing>

→ Entrevista Completa:

https://drive.google.com/file/d/1EE-y28tH_7CJu6wRUvqFEelo3CFs1iKz/view?usp=sharing

Ditadura: Educação e Censura © 2024 por Stéphanie Thomaz, Vitória Rosa, Amanda Pagnotta, Josiane Ferro, Laura Bampa e Pietra Joanna está licenciada sob CC BY-NC-ND 4.0